

Grifos

2175-0157

Editorial

Edição: v. 31, n. 55 (Jan./Abr. 2022). DOSSIÊ: GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS / TEMÁTICA LIVRE

Murilo Cavagnolli

<https://orcid.org/0000-0003-0363-3017>

Lucas Guerra da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-4312-2716>

Juliano Luiz Fossá

<https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

Márcia de Souza

<https://orcid.org/0000-0003-0053-198X>

Nesta edição estão inseridas discussões com relação a gênero, diversidade e políticas públicas, a fim de registrar leituras com essa temática, sobretudo no momento histórico em que “gênero” tem sido apropriado como fundamento de uma discussão que parte de muitos lugares. Gênero deve ser compreendido, para os fins desta proposta, como um campo interdisciplinar das ciências, que evidencia e interpreta a realidade social no que tange as diferenças produzidas sobre os corpos dados como sexuados. Tal campo científico possui pertinência para produzir reflexões sobre o que tem acontecido aos corpos submetidos às normas altamente regulatórias de gênero, em uma sociedade em que esse é um critério de desigualdade.

A violência doméstica tem um alvo, de modo generalizado que é a mulher, e tal violência aumentou durante a pandemia. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), também no decorrer da pandemia aumentou o número de assassinatos de travestis e transexuais no Brasil, que segue sendo o país que mais as mata no mundo.

Este dossiê contempla temáticas de imensa relevância, as quais englobam, validam e legitimam o emprego de uma série de metodologias, conceitos, e teorias interdisciplinares que qualificam o cenário dos estudos de gênero e diversidade na interface com políticas que afetam os cotidianos dos corpos viventes, em nosso país.

Ana Paula Timm Krolow e Marcio Silva Rodrigues apresentaram “Os micromachismos no curso de Administração da UFPEL” o conceito de “micro

machismo”, que combina dois elementos: machismo como atitude de quem crê que o homem é socialmente superior à mulher; e a perspectiva foucaultiana de “micro” poder, referente às práticas discursivas capilares. Os autores entendem que os micro machismos como práticas e discursos naturalizados, baseados nos valores históricos de uma sociedade patriarcal, contribuem para a perpetuação da dominação masculina.

O artigo “Identidades contingentes e cultura material na pós-modernidade”, de Marcos Sardá-Vieira, abarca problematizações no contexto da pós-modernidade, no qual a cultura material ainda atende aos desejos predominantes da cisheterossexualidade masculina. Por meio de revisão bibliográfica e análise interdisciplinar, o autor apresenta experiências de urbanidades conformadas pelo senso de reciprocidade e respeito à diversidade.

Andressa Silveira Quintana Diemer e Murilo Cavagnoli em “Interseccionalidade entre gênero, classe e diagnóstico: práticas de atenção à saúde mental no CAPS”, analisam como a intersecção entre tais marcadores sociais produz subjetividades e identidades na relação com a instituição. Utilizando-se da Análise do Discurso Dialógico do Círculo de Bakhtin, do feminismo interseccional, de análises históricas sobre processos patológicos e registros documentais, investiga-se o assujeitamento e despotencialização política de sujeitos, que destituem a ideia de uma mulher diversa, assim como resultam na perpetuação dos modelos históricos constituídos pelo patriarcado e pela psiquiatria tradicional que permanecem gerando opressão e discriminação de minorias.

Em “Homoafetividade, performatividade de gênero e relações de poder: perspectiva queer em O Ateneu”, Márcia de Souza, Marcela Debona Laskoski e Marília Hermes realizaram um estudo bibliográfico que analisa a obra O Ateneu de Raul Pompeia, publicada no Brasil em 1888, período reconhecido na linearidade da história da literatura como Realismo. Com os subsídios da Teoria Queer, as autoras pesquisaram as questões de poder, a performatividade de gênero e as consequências dessas características no comportamento das personagens centrais ao longo da narrativa, uma vez que obra escapa aos preceitos literários da época e evidencia comportamentos sociais singulares, como é o caso do tensionamento da narrativa em torno da homoafetividade e performance de gênero.

Lucas Guerra da Silva e Cristiane Dameda, em “(Des)encontros entre a Covid-19 e o Estado: implicações protocolares e políticas de gênero”, resgatam a Portaria N° 639, publicada em 02 de abril no DOU; uma estratégia de amplo impacto que convocou compulsoriamente todos e todas as/os profissionais da área da Saúde do Brasil para

realização de cadastro em sistema específico do Governo Federal, em função da pandemia de Covid-19. Ao mesmo tempo, apontam alguns dos posicionamentos do presidente da República do Brasil, contemporâneos à publicação da portaria, com vistas a evidenciar as divergências de cenário: um abrangente de capacitação e utilização da força de trabalho em Saúde – similar a uma estratégia de guerra – versus o entendimento do contexto da pandemia como sensacionalismo, e os impactos dessas táticas enquanto políticas de gênero.

Neste editorial ainda apresentamos ao leitor artigos inéditos de relevância ímpar para a compreensão e problematização do cenário contemporâneo, os quais tocam em aspectos das Políticas Públicas, a educação no campo, o conhecimento tradicional e as questões ambientais, as intersecções entre agricultura familiar e modo de produção capitalista, lógicas alternativas de produção e geração de renda, e as relações contemporâneas entre juventude e mercado de trabalho.

Em “A Territorialização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santa Catarina (2009-2018)”, Cleber José Bosetti realiza análise da territorialização do PAA em diferentes regiões do estado de Santa Catarina, entre 2009 e 2018. Os objetivos do trabalho são apresentar a distribuição regional do PAA no referido território, compreender os aspectos que caracterizam essa distribuição e analisar o papel das associações/cooperativas como entidades viabilizadoras dos mercados institucionais e do desenvolvimento rural. A metodologia utilizada foi quantitativa. Os resultados sinalizam que o PAA possui potencial para geração de desenvolvimento no âmbito territorial.

Margarete de Mattos, Elodir Lourenço de Souza e Camila Munarini, no texto Escola É “Vida Na Comunidade”: Análise Sobre Fechamento de Escolas do Campo”, analisam a política de municipalização do ensino fundamental e de nucleação de escola como o principal motivador do fechamento de milhares de escolas do campo no Brasil. A elaboração apresenta dados sobre as escolas que foram fechadas no município de Passos Maia, e aponta os impactos negativos que a comunidade Conquista de Sepé obteve ao ser fechada a escola local. Conclui-se que fechar as Escolas do Campo provoca a destituição da organização social e da vivência comunitária.

Já no artigo “A Proteção dos Conhecimentos Tradicionais: uma abordagem a partir da Agenda 2030 da ONU”, Giani Burtet, Cristiani Fontanela e Andrea de Almeida Leite Marocco analisam se a proteção dos conhecimentos tradicionais associados contribui para deter a perda da biodiversidade em cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Entre os principais resultados afirma-se que em relação à

meta associada aos conhecimentos tradicionais, a Agenda pouco tem contribuído a este respeito. As autoras concluem afirmando que é necessário que se tenha participação plena e efetiva das comunidades nas decisões.

Em “A Legislação Agrária Brasileira: O acesso à terra por meio dos contratos de arrendamento rural”, Ana Cecília Guedes, Ademir Antonio Cazella e Adinor José Capellesso, identificam e analisam as principais alterações na legislação agrária do País, com ênfase nos contratos de arrendamento rural. O tema do arrendamento de terras é apresentado a partir das alterações nas legislações ao longo das últimas décadas. As conclusões são de que as normas agrárias brasileiras sofreram poucas alterações no período analisado, o que restringe a inclusão socioeconômica de agricultores com pouca ou nenhuma terra e beneficia produtores rurais mais capitalizados.

No artigo, “Estudo sobre geração de Valor Socioambiental em Negócios Sociais” de Cibele Roberta Sugahara, Fábio Luiz Papaiz Gonçalves e Denise Helena Lombardo Ferreira apresentam a geração de valor socioambiental em Negócios Sociais. A pesquisa adota o estudo de casos múltiplos para analisar a geração de valor socioambiental em cinco organizações denominadas Negócios Sociais. Para os autores, dentre os valores socioambientais gerados pelos Negócios Sociais estudados, percebe-se a importância do Capital Humano – acesso à educação e serviços de saúde – propiciados por esse tipo de empreendimento social.

Por fim, em “Juventude e Mercado de Trabalho em Campos Dos Goytacazes”, Bianca Siqueira Gonçalves e Luíza Cassiano Rangel analisam a relação entre a juventude e o mercado de trabalho. Tendo como cenário a cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, as autoras investigam, identificam e problematizam a posição desse grupo social e de que forma estão ou não envolvidos nesse processo. A metodologia utilizada consiste na revisão de literatura e na análise de dados secundários. Os resultados apontam para uma necessária reflexão acerca das relações entre juventude e mercado de trabalho no município e indicam desafios a serem vencidos como os de escolaridade e desigualdades de raça e gênero.

Nesse breve diálogo com você leitor, abrimos o convite à leitura!